DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 10900/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/7636/2015
PROTOCOLO	: 1590056
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO
ORDENADOR DE DESPESAS	: LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2015
PROCED. LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015
CONTRATADA	: POTENCIAL COMÉRCIO E SERVIÇOS – EIRELI ME.
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, DESINFECÇÃO E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO.
VALOR INICIAL	: R$ 74.186,56
RELATORA	: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. 2ª FASE. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REGULAR.

Cuida-se de Contratação Pública nº 027/2015, pela modalidade Pregão Presencial nº 009/2015, celebrada entre a ***Prefeitura Municipal de Bonito/MS*** e a empresa ***Potencial Comércio e Serviços – EIRELI ME.***, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, higiene, desinfecção e utensílios domésticos para atender a demanda do município, com valor contratual no montante de R$ 74.186,56 (setenta e quatro mil cento e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Aprecia-se, neste momento, a formalização do Contrato nº 027/2015 (2ª fase).

Em sede de Análise – ANA-6ICE - 3871/2016 (peça n° 09), a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo constatou que a documentação juntada aos autos encontra-se em conformidade como os Estatutos Legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, assim, opinando pela legalidade e regularidade da 2ª fase.

Encaminhados os Autos ao Ministério Público de Contas, este emitiu o

Parecer PAR-MPC-GAB.3 DR.JAC/SUBSTITUTO - 15856/2016 (peça n° 14), opinando pela legalidade e regularidade da formalização do Contrato, por estar em conformidade com a legislação pertinente.

Vieram os autos a esta Relatoria, para decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se dos autos que tanto o Corpo Técnico quanto o representante do *"parquet"* de Contas foram unânimes em reconhecer a regularidade da 2ª fase da contratação pública.

De fato, no tocante a formalização do Contrato nº 027/2015 (2ª fase), vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte de Contas demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de:

1) Declarar a ***regularidade*** da formalização do Contrato Administrativo nº 027/2015 **(2ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso II, da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 18 de novembro de 2016.

Conselheira Marisa Serrano
RELATORA

imc